

© André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga,
Maria Asensio, José Santana Pereira e Helena Belchior Rocha (orgs.), 2023

André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga,
Maria Asensio, José Santana Pereira e Helena Belchior Rocha (orgs.)
Da Austeridade à Pandemia. Portugal e a Europa Entre as Crises e as Inovações

Primeira edição: setembro de 2023
Open-Access

ISBN: 978-989-8536-89-1

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Lina Cardoso
Fotos da capa: Livino Neto e Portuguese Gravity (free to use under the unsplash license)

Revisão de texto: Ana Valentim

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 210 464 410
E-mail: editora.cies@iscte-iul.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Introdução

*André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga, Maria Asensio,
José Santana Pereira e Helena Belchior Rocha*

No último decénio, Portugal e a Europa têm enfrentado profundas crises económicas e sociais, com forte impacto também no panorama político de muitos países. Neste contexto, o último quinquénio tem sido afetado pelos efeitos de longo prazo da crise de 2008 e das medidas de austeridade adotadas pelos governos nacionais sob a égide de autoridades transnacionais, a chamada Grande Recessão, e, mais recentemente, a crise pandémica de covid-19 e os seus efeitos sociais e políticos, desde o início de 2020 e ainda em curso, mas tem também sido caracterizado por espaços de recuperação e significativas inovações, em termos políticos e sociais.¹ A Invasão da Ucrânia pela Federação Russa, em 24 de fevereiro de 2022, e a guerra que desde então decorre no coração da Europa, com consequências geopolíticas e económicas de desfecho ainda imprevisíveis, é uma terceira crise consecutiva em curso. Todavia, dado o timing de produção deste livro, esta última crise e os seus efeitos, não são contemplados neste livro. No contexto da Grande Recessão, o caso do governo português, implementado depois das eleições de 2015, com os partidos da esquerda radical pela primeira vez dispostos a dar o seu suporte a um governo socialista, pode por exemplo ser visto nesta perspetiva. A afirmação do Syriza, na Grécia, e do (Unidas) Podemos, em Espanha, com o abalo do tradicional bipartidarismo imperfeito naqueles países, são outros exemplos. Foram inovações políticas associadas à Grande Recessão.

Entretanto, por exemplo na Grécia e em Portugal, novas interações emergiram entre atores muito diferentes entre si — novas organizações de movimentos, sindicatos, grupos políticos consolidados, setores institucionais (sobretudo dos governos locais), setores da academia, ONG, grupos informais, *experts*, etc. — empenhados na formulação e implementação de novos projetos políticos e sociais. A proliferação de várias experiências de economia solidária, ação direta, política prefigurativa, mas também a abertura de fóruns de discussão multissetoriais (ou seja,

1 Este livro foi editado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através do Financiamento Plurianual de Unidades (UIDP/03126/2020) e do projeto Hopes: HOusing Perspectives and Struggles futures of housing movements, policies and dynamics in Lisbon and beyond (PTDC/GES-URB/28826/2017).

com a participação dos múltiplos atores antes mencionados) na discussão e elaboração de projetos políticos, sociais e económicos alternativos, representam neste sentido também outras possíveis inovações. O caso da Academia Cidadã e do Congresso Democrático das Alternativas em Portugal, assim como, mais recentemente, a criação da Rede Habitação (cujo objetivo é a defesa do direito de habitação, através da realização de relatórios, a promoção do debate sobre o assunto e da elaboração de propostas) são exemplos disto.

Ao longo deste caminho pós-crise também marcado por importantes elementos de inovação, entretanto uma nova crise apareceu. Se a emergência sanitária provocada pela covid-19 é evidente, ainda é difícil perceber quais estão a ser e serão, no breve e longo prazo, os seus efeitos em termos económicos, sociais e políticos. Muitas perguntas estão ainda em aberto, por exemplo, sobre o impacto da pandemia nos partidos, na política de alianças político-partidárias, nomeadamente para a formação e sustentação dos governos, nos movimentos e líderes políticos populistas, que construíram grande parte do seu consenso no negacionismo científico e na crítica da *expertise*, aqueles mesmos *experts* dos quais parece estarmos todos dependentes, neste momento.

Mas qual poderá ser a consequência de tudo isto, ou seja, da Grande Recessão e, mais recentemente, da pandemia da covid-19? Teremos um abrandamento da força dos populismos ou, como parece acontecer em Portugal, esta crise trará novos atores para este espaço político? Quais os efeitos da pandemia na nova política de alianças, iniciada no contexto da Grande Recessão, nomeadamente em Portugal, Grécia e Espanha? À aliança de esquerdas para governar, em Portugal, desde 2015 e pelo menos até 2019 (vulgo “Geringonça”), ou à nova maioria absoluta do PS (2022-2026), poderá suceder-se uma nova política de alianças também à direita, por exemplo incorporando na esfera governativa a nova direita radical e populista substanciada no Chega, tal como aconteceu nos Açores, a seguir às eleições regionais de 2020? E qual será o efeito de longo prazo no papel e espaço de ação que se abriu no contexto da pandemia para o envolvimento de *experts* na decisão política? Por outro lado, não será este grande espaço de intervenção política dos *experts* um risco para o respeito dos processos de decisão democrática estabelecidos, que aliás já vem de trás? Não será esta uma outra resposta à crise de confiança nas instituições da democracia, da mesma forma que o populismo é, como alguns autores têm sugerido? E qual será o impacto destes processos sobre o caminho de inovação e recuperação empreendido no pós-crise, anteriormente mencionado? E, enfim, esta condição de crise após crise não terá de ser vista como sendo, de facto, uma condição estrutural e de normal funcionamento das nossas sociedades? Não haverá processos de mais longo prazo que transcendem, pelo menos parcialmente, estes fenómenos conjunturais?

Com o objetivo de debater e refletir sobre estas e outras questões em volta do binómio crises económico-financeiras, sociopolíticas e sanitárias e inovações sociais e políticas, em Portugal e na Europa, convidámos as/os colegas do grupo de investigação Política e Cidadania a enviar as suas propostas para um evento de discussão conjunta, uma conferência realizada no Iscte — Instituto Universitário de Lisboa para os dias 17 e 18 de junho de 2021, com vista a incluir os vários olhares

disciplinares contidos no grupo de investigação (nomeadamente a ciência política, as políticas públicas, o serviço social e a sociologia) na análise destas crises e nos seus efeitos sociais e políticos, especialmente no que toca às inovações sociais e políticas. A expectativa era a de que a riqueza das várias perspetivas disciplinares, metodológicas e de interesses de investigação que caracterizam as pesquisas desenvolvidas pelos investigadores iria com certeza contribuir para um debate criativo e aprofundado. Assim aconteceu com a conferência de junho de 2021. Conforme então planeado, a maioria dos participantes na conferência escreveu e enviou os capítulos aos editores deste livro, com base nas comunicações apresentadas na conferência. Os mesmos foram sujeitos a um primeiro processo de revisão interna pelos seis coordenadores do livro, cada um na sua área disciplinar científica específica, tendo, posteriormente, sido revistos anonimamente pela editora Mundos Sociais. Estamos agora em condições de apresentar o resultado de todo esse longo processo no livro que tendes em mãos.

O livro está organizado em quatro partes, com as Crises e Inovações vistas pelo serviço social (I), pelas políticas públicas (II), pela sociologia (III) e pela ciência política (IV), respetivamente. Esperamos, assim, contribuir com uma análise mais aprofundada e rica, de cariz multidisciplinar, sobre as crises (Grande Recessão e covid-19) e inovações em Portugal e na Europa, dando desse modo lugar a um debate sobre estes assuntos entre os vários grupos disciplinares que integram o grupo de investigação do CIES-Iscte Política e Cidadania. Sublinhe-se, ainda, que o livro integra contributos quer de professores — investigadores seniores — quer de jovens cientistas, oriundos dos nossos programas doutorais (nomeadamente os que estão associados ao grupo Política e Cidadania) e das nossas várias colaborações internacionais. De seguida, descreveremos, de forma breve, os sumários respeitantes a cada um dos capítulos que compõem o livro.

Parte I — Crises e inovações: as perspetivas do serviço social

A primeira parte deste livro incide na perceção do serviço social sobre as constantes crises que têm surgido e procura refletir sobre as situações complexas enfrentadas pelos serviços sociais durante esses períodos e na atualidade.

No capítulo 1, “Política e cidadania: um modelo colaborativo em construção”, os autores, Jorge Ferreira e Pablo Álvarez-Pérez, realçam a dificuldade que as sucessivas crises têm criado no desenvolvimento de planos de intervenção profissional e reforçam a necessidade de integrar a dimensão da investigação no processo de intervenção para uma prática informada. A sua reflexão final conduz-nos à necessidade de ajustar os modelos de intervenção à prática profissional, que pela sua subjetividade se deve focar na especificidade dos contextos e no sujeito/cidadão como parceiro ativo no processo, um modelo colaborativo e em rede, que contemple o princípio da cooperação e a transversalidade do conhecimento e respostas sociais, com enfoque no potencial das redes para a promoção da participação e autonomia.

O capítulo 2, “*Accountability, new management e intervenção social*”, que tem como autoras Tatiana Soares, Helena Belchior Rocha e Maria João Pena, centrou-se num estudo exploratório, de carácter qualitativo, sobre a implicação do *accountability* na prática profissional dos assistentes sociais e simultaneamente na organização e funcionamento das instituições, especificamente nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ). Sendo escassa a produção científica nesta área, entendeu-se pertinente analisar como é que a abordagem de *accountability* se manifesta na prática profissional dos assistentes sociais e simultaneamente na organização e funcionamento das instituições. Percebeu-se que durante o estado de emergência (covid-19) se vivenciaram alguns dilemas éticos adjacentes à reestruturação dos serviços com a implementação de planos de contingência e medidas de segurança e que o *accountability* pode potenciar as práticas profissionais, fomentando o sentido de responsabilização ética pelos atos profissionais, através da prestação de contas. Igualmente, por promover a produção de novos instrumentos e métodos de trabalho, conduzindo a mais qualidade e eficácia na prática e também incentivando mecanismos como a supervisão, transparência, avaliação e participação que os assistentes sociais consideraram importantes.

O capítulo 3, denominado “Protecção social em tempos de crise e pandemia: impactos e desafios”, da autoria de Inês Casquilho-Martins e Helena Belchior-Rocha, tem como base a análise dos modelos de protecção social e a intervenção social no período de crise e austeridade entre 2008 e 2014 e a contextualização dos seus resultados no atual contexto da covid-19. Procurou-se dar a conhecer algumas das consequências, tanto na sociedade em geral, como nos serviços sociais em particular.

No primeiro estudo, os resultados apontam que neste período houve um retrocesso nas políticas de protecção social e uma responsabilidade política que contribuiu para este cenário. No segundo estudo, a percepção é que as dificuldades foram agravadas pela escassez, suspensão ou redução de serviços sociais e de recursos disponíveis e, também, pela adoção de modalidades de teletrabalho em algumas áreas de intervenção na área social.

Destes três capítulos fica a mensagem que para enfrentar estes desafios há a necessidade de uma política democrática que viabilize mudanças económicas, para responder aos graves problemas sociais que se agudizam, que reconheça e defenda os direitos de todas/os, garanta o pluralismo e os direitos das minorias e um ensino que promova o exercício da cidadania, não apenas como uma questão de aprendizagem, mas também de participação e mudança, por condições dignas de vida, trabalho e educação.

Parte II – Crises e inovações: as perspetivas das políticas públicas

Esta segunda parte do livro incide sobre como as políticas públicas foram usadas como forma de responder às crises, e como os governos podem melhorar a relação com os cidadãos, nestas circunstâncias periclitantes.

No capítulo 4, “Da austeridade à pandemia: a evolução da administração pública portuguesa, dos seus recursos humanos e dos seus modelos de organização do trabalho”, César Madureira faz uma reflexão sobre o impacto que tiveram as medidas de austeridade impostas pelo memorando de entendimento com a *troika*, entre 2011 e 2015, sobre o emprego público. Neste percurso da austeridade à pandemia, o autor analisa como as políticas de emprego público da Administração Pública têm vindo a ser implementadas como estratégia de resposta às necessidades de consolidação orçamental. O autor explica como o modelo de organização do trabalho se manteve quase inalterado até a chegada da pandemia, que veio impulsionar algumas medidas como as plataformas flexíveis de horários ou o teletrabalho, questionando-se se se tratará apenas de uma experiência conjuntural ou, pelo contrário, uma possibilidade de transformação estrutural, apesar de existir ainda uma resistência à mudança por parte dos dirigentes.

No capítulo 5, “O círculo virtuoso da governação no combate à covid-19”, Maria Asensio analisa a governação e a confiança social como elementos-chave de análise para compreender como respondem os países à pandemia, o que impulsiona as mudanças e quais são as principais alavancas da mudança. A autora explica a pandemia gerando um círculo virtuoso e culminando naquilo que se espera da relação entre as políticas governamentais e o comportamento dos cidadãos, visando extrair lições da governança e da coordenação das estratégias em resposta a futuras pandemias, nomeadamente que os líderes políticos desempenham um papel importante na persuasão do público a cumprir voluntariamente as dispendiosas medidas preventivas durante a pandemia; que a capacidade de resposta à covid-19 está associada às boas práticas de governação da saúde e coordenação de estratégias perante a crise; e que uma política eficaz num contexto pode ser ineficaz noutro devido a uma série de fatores potencialmente condicionantes, incluindo a patogénese do vírus em particular, a característica da população subjacente e a tecnologia médica e de comunicação disponível na altura.

O poder local é examinado por Maria Antónia Pires de Almeida no capítulo 6, “O poder local em Portugal e a legitimidade democrática: respostas à pandemia de covid-19 e representação política dos cidadãos e dos territórios”, visando analisar os princípios de transparência, da prestação de contas e as respostas dadas como mecanismos para aumentar a legitimidade e a confiança dos cidadãos nas decisões das autoridades. A partir de uma análise de conteúdo das mensagens eletrónicas de uma seleção de municípios, a autora explica os efeitos da pandemia na capacidade organizativa dos municípios, assim como na utilização dos recursos, serviços e instituições do poder local. Um dos contributos da autora é mostrar como esta situação pandémica contribuiu para que as câmaras municipais e as juntas de freguesia aumentassem a legitimidade democrática pelo cumprimento das suas responsabilidades perante os seus cidadãos e territórios.

Numa outra perspetiva, Denise Marie Quintela, no capítulo 7, “Da austeridade à pandemia: Marca Portugal entre crises e inovações”, explora a imagem de Portugal na década de 2011 a 2021, relacionando-a com as crises e as medidas de políticas públicas aplicadas para perceber se foram desenhadas para responder às crises e se foram financiadas pela UE. A autora descreve como a imagem exterior de

Portugal apresenta variações relacionadas com as crises, mas, no modelo de Portugal do conhecimento e de turismo, explica como prevaleceu a associação ao turismo, pelo êxito das políticas e da imagem exterior, com o consequente retorno económico. Este reconhecimento demonstra uma relação virtuosa entre a reputação positiva e as políticas consensualizadas, continuadas ao longo do tempo e implementadas com o envolvimento dos agentes e da sociedade civil. A forma como enfrentaram a covid-19 influenciou decisivamente as percepções externas dos países, sendo de destacar os seguintes fatores: a continuidade de medidas em legislaturas de diferente orientação partidária; o envolvimento de *stakeholders* nas várias fases das políticas; a clusterização para a criação de escalas de internacionalização; o investimento financeiro; a (re)qualificação de recursos humanos e de (infra)estruturas; a comunicação estratégica e a criação de um conceito de marca.

Parte III – Crises e inovações: as perspetivas da sociologia

A terceira parte deste livro trata da forma como a sociologia observa estas crises e como as sociedades tendem a reagir aos complexos desafios que se apresentam aos cidadãos, num mundo em constante mudança.

O capítulo 8, “Questionar a esperança na ciência e na escola”, de António Pedro Dores, publicado originalmente na revista *Critical Sociology*, e traduzido e transformado em capítulo neste livro, interroga o papel da ciência e da educação no contexto atual caracterizado por o que ele define como “eventos traumáticos extraordinários”, como as crises climática, sanitária, financeira e os acontecimentos relacionados com os profundos conflitos sociais que atravessam o nosso tempo, como, entre outros, o movimento Black Lives Matter.² O autor reconhece que todos estes eventos estão interligados e têm origem em pressupostos comuns criados pela ação humana. Com um foque mais específico na crise pandémica, o capítulo debate como apenas através uma renovação da ciência (e também e sobretudo das ciências sociais) e da educação e da sua relação com a política, a humanidade terá a possibilidade de aprender com este “evento extraordinário”, de se readaptar a uma nova realidade e de se transformar. Tudo isso, na conclusão do autor, deve passar por novas formas de respeito pela vida alheia, única forma para garantir a continuidade da própria vida humana.

Guya Accornero e Tiago Carvalho enfrentam, no capítulo 9, “A casa a quem a habita’: políticas, lutas e desafios para a habitação em Lisboa no contexto de gentrificação e turistificação crescentes”, as lutas urbanas que se têm intensificado a partir de 2015, em volta do direito à habitação digna e à cidade. Depois de descrever as dinâmicas que levaram a corrente crise habitacional na capital portuguesa, acentuada pela pandemia, os autores descrevem como em Portugal, diferentemente de Espanha, os movimentos pelo direito à habitação se intensificaram depois da crise

2 O artigo original deve ser citado da seguinte forma: Dores, António (2020), “Questioning the hope in science and schooling”, *Critical Sociology*, 47(4-5), p.687-698.
Este artigo pode ser consultado em <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0896920520973728>.

económica e financeira de 2008-2013 e não durante a mesma. Assim, os movimentos contra a austeridade que se desenvolveram no país entre 2011 e 2013 serviram de incubador para reivindicações, redes e identidades para a mobilização em volta da habitação que se alastrou a partir de 2015, intensificando-se a partir de 2017. Com base num questionário com 75 respostas e 20 entrevistas a ativistas, figuras públicas, *experts*, administradores locais e inquilinos, os autores concluem que a atual luta pela habitação em Lisboa beneficiaria da presença e envolvimento de novos moradores com recursos de mobilização significativos para a luta mesma, os assim chamados *marginal gentrifiers*.

Jéssica Pereira, Luana Taborda e Sérgio Pratas, no capítulo 10, “As associações de cultura, recreio e desporto no quadro da pandemia de covid-19: os casos dos concelhos do Barreiro e de Loures” analisam o impacto da pandemia nas associações de cultura, recreio e desporto em Portugal, sobretudo focando-se nos concelhos do Barreiro e de Loures. Com base na informação recolhida neste universo através um questionário *online* e 15 entrevistas, assim como nos dados públicos sobre associações em Portugal, o capítulo mostra que as associações foram de facto profundamente afetadas pela pandemia, mas mostraram também uma resiliência significativa que se concretizou sobretudo em dois eixos: atividades *online* e fortalecimento de iniciativas de solidariedade. O estudo fornece-nos, portanto, um importante instrumento para perceber as dificuldades das associações em contextos de crise, mas também o seu potencial para a sociedade.

Em “Além dos protestos: austeridade e novas práticas ativistas antigentrificação e antiturstificação em Lisboa e Sevilha”, o capítulo 11, Lucca Viersa analisa o papel de práticas de protesto urbano menos visíveis, mas igualmente intensas e difusas, definidas como “política prefigurativa” e ação direta, nas cidades de Sevilha e Lisboa.³ Com base em observação e análise dos grupos ativos na luta pelo direito à cidade e à habitação nas duas cidades, o autor descreve as continuidades e diferenças nas práticas de resistência diárias contra os processos de gentrificação e turistificação, que se concretizam em ações diretas e prefigurativas, sublinhando o seu valor mobilizador. No entanto, o capítulo também levanta questões sobre a eficácia destas práticas e a sua efetiva capacidade de mudar o contexto, impactar as políticas locais e envolver um público mais amplo, assim como a sua relação com processos históricos de mudança das cidades.

O capítulo 12, “A atuação das associações religiosas em Portugal nos momentos críticos da transição democrática até a pandemia de covid-19”, de autoria de Luana Taborda, analisa como as associações religiosas portuguesas experienciaram os momentos de crise — que a autora define como “conjunturas críticas” — desde o processo de democratização até à crise pandémica. A autora descreve as estratégias através das quais estas associações se modificaram para se adaptarem aos

3 Este capítulo constitui a continuação de uma investigação publicada na *Tlalli, Revista de Investigación en Geografía* com o título de “Además de las protestas. Movimientos sociales anti-gentrificación y antiturstificación, política prefigurativa t acción direta em Lisboa y Sevilla”. Neste contexto, o capítulo, apesar de versando sobre o mesmo tema, é aqui apresentado com um foco e resultados distintos.

diferentes momentos, quais as dificuldades, mas também as potencialidades e sucessos e recaídas no âmbito mais amplo da sociedade portuguesa. Com base em entrevistas, relatório e documentos oficiais, assim como em análise de artigos de imprensa, o capítulo conclui que estas associações lutam para existirem em contextos por vezes muito desfavoráveis, sobretudo através da consolidação de redes de suporte e institucionalização, procurando um equilíbrio por vezes complexo entre as suas exigências internas e as necessidades impostas pelo contexto social e político em que agem.

O capítulo 13, “Partidos políticos e o ciclo de protesto antiausteridade em Portugal”, da autoria de Tiago Carvalho, analisa as relações entre partidos políticos e a arena de protesto entre 2010 e 2013. Apoiado numa análise da formação de arenas de protesto, o capítulo explora o papel que os partidos de esquerda tiveram na definição da arena antiausteridade, assim como na definição da sua trajetória. Com base numa análise de eventos de protesto e entrevistas com diferentes atores, o autor mostra que se os partidos políticos procuraram influenciar as mobilizações iniciais, numa segunda fase, após um decréscimo das mobilizações, estes atores deram origem a uma plataforma unitária (QSLT — Que Se Lixe a Troika). Deste modo, o autor mostra que o surgimento do QSLT resulta de um processo de interações prévias entre os vários atores ao longo do ciclo de protesto, em que os partidos políticos tiveram uma ação importante, revelando uma história complexa de interações que não se pode reduzir simplesmente ao binómio *insider-outsider* usualmente utilizado na literatura dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos.

Parte IV — Crises e inovações: as perspetivas da ciência política

Por fim, a quarta parte deste livro traz-nos a estudos da perspetiva da ciência política, abordando a forma como os diversos agentes políticos, sejam partidos, candidatos ou eleitores, reagiram às crises, quer no contexto da crise económica ou pandémica.

No capítulo 14, com o título “Uma exceção ao declínio eleitoral da social-democracia? O caso do Partido Socialista português”, as autoras Edalina Rodrigues Sanches, Ana Espírito-Santo e Sofia Serra-Silva observam como as recentes vitórias eleitorais do Partido Socialista português, em 2019 e 2022, bem como o Governo de 2015-2019, conhecido como “Geringonça”, constituem uma exceção à tendência do declínio dos partidos da família social-democrata. Neste capítulo, explicam as razões que levaram a esta decadência, e almejam explicar os fatores que levaram ao sucesso eleitoral do PS, do ponto de vista do eleitorado. A relevância deste capítulo, no âmbito deste livro, deve-se à análise do voto do eleitorado, no contexto pós-*troika* e da austeridade do Governo anterior ao da “Geringonça” (Passos Coelho, 2011-2015). As autoras demonstram que, em primeiro lugar, o PS beneficiou da popularidade da “Geringonça”, em segundo lugar, em 2019, o PS conseguiu recolher votos de eleitores oriundos de outros campos políticos, para lá dos eleitores dos seus parceiros da “Geringonça” (BE, PCP e PEV) mas, sobretudo, de entre eleitores que anteriormente

se haviam absterido, ou haviam votado PàF (PSD-CDS). Por fim, concluem que não houve um aumento do voto no PS por parte de eleitores de classe baixa, contribuindo, assim, para a literatura sobre os partidos da família social-democrata.

Em relação ao capítulo 15, intitulado “A gestão política da covid-19: atitudes de representantes e representados”, da autoria de André Freire e Viriato Queiroga, consiste num estudo sobre a congruência eleitores-eleitos sobre como foi politicamente gerida a pandemia de covid-19 e a forma como ela foi percecionada por eleitores e eleitos. Analisando a opinião de eleitores e eleitos sobre três componentes, nomeadamente as restrições associadas ao Estado de Emergência, a confiança em instituições que responderam à covid-19 e, por fim, a confiança nas fontes de informação, os autores concluem, em primeiro lugar, ter existido um grau de congruência eleitores-eleitos sempre elevado (sempre superior a 50%) em todas as análises e entre todos os grupos partidários, mas verificam que existem diferenças na congruência entre os diferentes segmentos políticos. Assim, no que respeita à confiança perante a resposta à covid-19, os candidatos de esquerda, centro-esquerda e centro demonstraram mais confiança nas instituições mais ligadas ao Governo, com o centro-direita e a direita mais céticos, mas desalinhamos com os seus eleitores, que têm maior confiança. Nas outras instituições mais politicamente neutras (polícia) ou plurais (Assembleia da República e poder local) verificou-se uma maior congruência em todos os segmentos. Noutra sentença, vai a análise sobre o grau de congruência entre eleitores e candidatos quanto às medidas de restrição associadas ao Estado de Emergência, em que os níveis de congruência são maiores na direita e no centro-direita, com os representantes e os seus constituintes a defenderem mais restrições, do que entre as várias esquerdas, em que os candidatos são menos favoráveis a restrições do que os seus constituintes. Por fim, no que respeita à congruência em relação às fontes de informação, verificou-se que as maiores diferenças não eram ideológicas, mas sim entre eleitores e eleitos. Estas observações permitiram, assim, concluir que a gestão da pandemia, em Portugal, não foi imune às diferenças políticas.

O capítulo 16, cujo título é “A personalidade, a pertença partidária e a sua relação com a confiança na gestão política da covid-19: efeitos entre as elites políticas portuguesas”, por Viriato Queiroga e André Freire, propõe-se analisar em que medida a pertença partidária e a personalidade das elites políticas portuguesas influenciaram a confiança que estas mesmas elites demonstram perante as instituições que responderam à pandemia. Esta investigação permite concluir, em linha com o capítulo anterior, que a pertença partidária é importante para explicar a confiança na resposta das instituições, quer estas sejam personalizadas (como o primeiro-ministro, a ministra da Saúde e o Presidente da República), quer sejam coletivas (como a DGS, a Assembleia da República, o poder local ou a polícia). De facto, a pertença dos candidatos ao PS torna mais provável uma maior confiança nas instituições, mas a pertença à direita tende a gerar menor confiança em instituições personalizadas, ao passo que a pertença à esquerda radical (PCP, PEV, BE e PAN) tende a gerar menor confiança em instituições como o poder local e a polícia. Também se observa que, no que respeita à personalidade (dividida em 5 traços diferentes: extroversão, abertura à experiência, conscienciosidade, amabilidade e estabilidade emocional), o traço que

demonstra ter mais efeitos é, precisamente, a amabilidade: demonstra a evidência empírica que quanto mais amáveis forem os candidatos, mais confiança têm em algumas das instituições (a ministra da Saúde, Presidente da República, DGS e poder local), com os candidatos mais extrovertidos a tenderem a ter mais confiança no poder local, e menos confiança no Presidente da República.

Por sua vez, o capítulo 17, intitulado “*Business as usual* ou novo normal? As campanhas presidenciais de 2021 em Portugal”, da autoria de Hugo Ferrinho Lopes, José Santana Pereira e Susana Rogeiro Nina, foca o impacto do segundo contexto de crise abordado neste livro — provocado pela pandemia de covid-19 — no comportamento das elites políticas, nomeadamente nas campanhas levadas a cabo pelos sete candidatos presidenciais nos meses que antecederam a eleição de 24 de janeiro de 2021. Esta eleição realizou-se durante o mais violento pico de infeções por covid-19 até então, criando constrangimentos de variada natureza ao processo eleitoral. Neste capítulo, os autores analisam o grau de profissionalização, o estilo de campanha adotado e a relação de forças entre diferentes candidatos em termos de comunicação *online* no âmbito destas campanhas realizadas em contexto pandémico. Concluem que as campanhas de 2021 foram, apesar do contexto novo e desafiante, não muito diferentes das realizadas em períodos pré-covid, com baixos níveis de investimento em profissionalização (não obstante ligeiramente superiores quando comparados com o período pré-pandémico), a prevalência de um estilo de campanha de tipo moderno com incipiente investimento na organização de eventos *online* para substituir ações de campanha presenciais (embora alguns candidatos tenham um investimento não despidendo na esfera digital, nomeadamente nas redes sociais), e um padrão de normalização de forças em termos da presença e interação *online*, ainda que com nuances. Os autores constataam, assim, um panorama de forte conservadorismo e aversão à mudança nas estratégias comunicacionais das elites políticas em Portugal.

Quanto ao capítulo 18, da autoria de Goffredo Adinolfi, com o título “Populismo e antiliberalismo. Os casos do Movimento 5 Estrelas, Liga e Irmãos de Itália”, com o principal objetivo de analisar as raízes das ideias políticas destes três partidos (Movimento 5 Estrelas, Irmãos de Itália e Liga) no que concerne à representação política e à forma como as suas propostas e pensamento não liberal afetam a democracia representativa italiana. O contributo deste capítulo, no âmbito desta obra, deve-se à observação das alterações políticas e das propostas político-partidárias, por parte dos partidos populistas italianos, potenciadas pela Grande Crise (2007-2008) e pela Crise das Dívidas Soberanas (2010-2011). O autor conclui que estes fatores externos, aliados às modificações societárias moderadas pelos quatro elementos da mudança, representados, representantes, tecnologia e instituições, permitiram o surgimento de um modelo de democracia participativa, proposto pelo Movimento 5 Estrelas, por via de instrumentos eletrónicos. Por outro lado, uma segunda onda de propostas, de natureza mais nacionalista e anti-imigração, surgem da nova Liga e dos Irmãos de Itália, aproximando-se de um modelo de representação iliberal. Os três partidos, no fundo, propõem formas de eliminar as instituições que moderam a interação entre eleitores e eleitos, na tentativa de os aproximar, eliminando ou reduzindo também os *checks and balances* do sistema. Por fim, também observou que

estas propostas têm capacidade de penetração no sistema político italiano que ultrapassa estes três partidos, obrigando os partidos *mainstream* a adotarem medidas populistas, como foi a redução do número de deputados ou a possibilidade de admitir a assinatura de referendos por via informática.

Já o capítulo 19 olha para o tema do populismo por outro prisma, focando-se no lado da procura e explorando as atitudes populistas dos portugueses medidas em contexto pós-*bailout* (2018), após uma fortíssima crise financeira, social e política que não terá servido para ativar estas predisposições e transformá-las em apoio a candidatos ou forças políticas explicitamente populistas, pelo menos até 2019. Com o título “Variedades de atitudes populistas em Portugal”, e assinado por José Santana Pereira e Máisa Lima, este capítulo tenta perceber até que ponto é que o paradoxo de uma situação de fortes atitudes populistas e ausência de apoio eleitoral a atores populistas pode ser explicado pelo facto de a natureza destas atitudes ser de alguma maneira incompatível com as débeis e goradas tentativas de as ativar por parte de alguns protagonistas políticos. Recorrendo a dados de inquérito, os autores demonstram que os cidadãos que expressam um nível elevado de concordância com o ideário populista podem ser divididos em três grupos: aqueles que estão mais próximos do ideal-tipo de um populismo de direita (com atitudes relativamente mais negativas em relação a imigrantes e homossexuais), os que se aproximam de um populismo de esquerda (com posições mais negativas em relação às elites económicas e financeiras) e um terceiro grupo sem grande expressão de atitudes negativas perante quaisquer destes grupos-alvo. O primeiro tipo aqui elencado é o mais comum, caracterizando-se também por ser expresso por uma maior proporção de homens e por indivíduos, em média, mais velhos, que os restantes dois. Estes resultados podem contribuir para entender o insucesso eleitoral dos partidos populistas em Portugal até 2019: de facto, apesar de, entre os populistas, o grupo numericamente mais expressivo ser o de populistas “de direita”, o seu posicionamento ideológico é menos extremo do que o de partidos como o PNR/Ergue-te, o que poderá ajudar a entender as fragilidades eleitorais experimentadas por este último ao longo dos anos. O mesmo argumento pode ser utilizado em relação aos cidadãos com atitudes populistas “de esquerda” e aos partidos com índole populista neste espectro ideológico.

Por fim, o capítulo 20 debruça-se sobre o impacto do contexto de crise e pós-crise na pujança relativa do envolvimento da sociedade civil no debate em torno das normas eleitorais. Em “O papel da esfera civil nos processos de mudança da legislação eleitoral em Portugal (2011-2019)”, Ricardo Carvalho e José Santana Pereira recorrem à técnica *protest claim analysis* para mapear a frequência e natureza do envolvimento não institucionalizado da sociedade civil neste âmbito. Os autores observam a existência de picos de envolvimento da esfera civil, por vezes associados a casos que, não estando diretamente relacionados com o contexto de crise e de retoma, têm as suas raízes nos mesmos. Observam ainda que, em linha com outros estudos sobre protesto em Portugal ao longo da última década, o envolvimento da sociedade civil foi maior durante a legislatura 2011-2015 do que na que se seguiu. Isto deve-se, em particular, ao vigor do debate e do protesto em torno da legislação sobre a cobertura das campanhas eleitorais nos anos da intervenção

externa, cujo não respeito cabal tinha implicado o pagamento de multas por parte de uma comunicação social já a braços com dificuldades económicas não despiciendas. Por fim, os autores identificam diferenças em termos de atores, objetivos, argumentos e ferramentas usadas pela sociedade civil em função do domínio concreto da legislação que é alvo de intervenção, observando, por exemplo, que as intervenções focadas na reforma do sistema eleitoral tendem a apresentar motivações mais universalistas do que as centradas na legislação sobre cobertura mediática e financiamento das campanhas, casos em que as motivações de tipo particularista são dominantes.

Para terminar esta introdução, os editores deste livro não poderiam deixar de realizar agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que o mesmo fosse publicado. Assim, em primeiro lugar, deixamos um profundo agradecimento a todos os autores que contribuíram para este livro através dos seus capítulos (baseados nos *papers* por eles apresentados na conferência de 17 e 18 de junho de 2021). Agradecemos, também, à equipa do CIES que possibilitou que este projeto fosse levado até ao fim, particularmente à Professora Doutora Teresa Patrício, na qualidade de diretora do CIES, à Dra. Neide Jorge, a Dra. Sofia Rocha, a Dra. Rita Alves, a Dra. Vânia Mendes e o Dr. José Ferreira, todos parte da equipa institucional do CIES, cuja ajuda foi extremamente valiosa para a organização da conferência e para a publicação. Agradecemos, também, à editora Mundos Socias, bem como aos revisores anónimos providenciados pela editora. Por fim, mas não menos importante, um agradecimento ao Dr. Livino Neto, investigador bolsheiro do Observatório da Democracia e da Representação Política e doutorando em Ciências da Comunicação no Iscte, pelo seu incansável trabalho de edição e colaboração para a publicação deste livro.